



Banco da Providência

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

AUDITASSE
AUDITORES INDEPENDENTES

31 de dezembro de 2022

Índice

1. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1-4
2. Balanço patrimonial – ativo	5
2. Balanço patrimonial – passivo	6
3. Demonstração do resultado	7
4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
5. Demonstração dos fluxos de caixa	9
6. Notas explicativas às demonstrações contábeis	10-26



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Curador do
BANCO DA PROVIDÊNCIA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco da Providência que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Providência, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria. Os controles internos que avaliamos durante os nossos trabalhos são considerados satisfatórios em relação à natureza e volume das operações sociais.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023.

AUDITASSE
AUDITORES INDEPENDENTES
Auditasse Auditores Independentes
CRC- RJ nº 237/O-0

Jorge Domingues
Contador CRC-RJ nº 020.628-6

Banco da Providência
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

	Notas	2022	2021
<u>ATIVO</u>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa - Próprios	4	944.557	1.134.358
Caixa e equivalentes de caixa - Terceiros	5	28.090	314.033
		<u>972.647</u>	<u>1.448.391</u>
Contas a receber	6	338.405	724.669
Contas a receber - Projetos em andamento	8	-	464.160
Despesas antecipadas		3.604	3.640
		<u>342.009</u>	<u>1.192.469</u>
Total do ativo circulante		<u>1.314.656</u>	<u>2.640.860</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Bloqueios judiciais	11	17.696	17.696
		<u>17.696</u>	<u>17.696</u>
Imobilizado	7	1.591.020	1.711.108
Total do ativo não circulante		<u>1.608.716</u>	<u>1.728.804</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.923.372</u>	<u>4.369.664</u>

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco da Providência
Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

	Notas	2022	2021
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Circulante			
Projetos em andamento	8	28.091	775.148
Provisões de férias e encargos	9	210.467	197.826
Encargos sociais a recolher	10	61.262	55.740
Campanhas sociais		-	3.045
Outras contas a pagar		179.874	13.534
Total do passivo circulante		479.694	1.045.293
Não circulante			
Provisão para processos trabalhistas	11	130.500	245.000
		130.500	245.000
Patrimônio líquido			
Contribuições patrimoniais		1.725.693	1.725.693
Reserva de retenção de superávit		600.000	600.000
Reserva de reavaliação		775.000	775.000
Déficits acumulados		(787.515)	(21.322)
Total do patrimônio líquido		2.313.178	3.079.371
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.923.372	4.369.664

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco da Providência
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

	Notas	2022	2021
Receitas operacionais			
Financiadores de projetos	15	2.835.789	4.344.857
Mantenedores	16	300.000	421.161
Contribuições sociais		133.012	216.619
Campanha dia de doar		257.062	-
Receitas financeiras		111.434	42.994
		<u>3.637.297</u>	<u>5.025.631</u>
Despesas operacionais			
Custo de funcionamento:	18		
Administração		(911.420)	(662.590)
Comunicação institucional		(165.084)	(141.063)
Programa de formação		(163.599)	(74.550)
		<u>(1.240.103)</u>	<u>(878.203)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
	17		
Receitas com serviços voluntários		20.500	20.500
Despesas com serviços voluntários		(20.500)	(20.500)
		<u>-</u>	<u>-</u>
Gratuidade:			
	13		
Atendimento nas agências de capacitação		(851.952)	(1.447.806)
Agência jovem		(643.253)	(646.894)
Atendimento nas agências de família		(539.766)	(576.758)
Agência de trabalho e renda		(432.954)	(348.534)
Programa Inclusão Social Produtiva		(296.611)	(277.107)
Projeto reconquista		(164.170)	(217.937)
Prospera família		(234.681)	(130.469)
		<u>(3.163.387)</u>	<u>(3.645.505)</u>
		<u>(4.403.490)</u>	<u>(4.523.708)</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>(766.193)</u>	<u>501.923</u>

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, em função de constituir-se somente do resultado do exercício.

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco da Providência
Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(Em reais)

Descrição	Contribuições patrimoniais (Convênio BNDES)	Reserva de retenção de superávit	Reserva de reavaliação	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.725.693	600.000	775.000	(523.245)	2.577.448
Superávit do exercício				501.923	501.923
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.725.693	600.000	775.000	(21.322)	3.079.371
Déficit do exercício				(766.193)	(766.193)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.725.693	600.000	775.000	(787.515)	2.313.178

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco da Providência
Demonstração dos fluxos de caixa
Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de
(Em reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(766.193)	501.923
Depreciação	123.157	112.091
Superávit (déficit) ajustado	(643.036)	614.014
Redução (aumento) nos ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa - terceiros	285.942	(293.925)
Contas a receber	386.264	(670.011)
Contas a receber – projetos em andamento	464.160	(171.614)
Despesas antecipadas	36	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	-	(6.600)
Projetos em andamento	(747.057)	462.493
Provisões de férias e encargos	12.641	11.398
Encargos sociais a recolher	5.522	6.695
Campanhas sociais	(3.045)	3.045
Provisão para processos trabalhistas	(114.500)	
Outras contas a pagar	166.342	12.442
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(186.732)	(32.063)
Atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	(3.069)	(202.913)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.069)	(202.913)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(189.801)	(234.976)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.134.358	1.369.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	944.557	1.134.358

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco da Providência é uma instituição de assistência social que tem como atividade principal a missão de atuar, de maneira articulada e convergente com as políticas públicas, para a redução da desigualdade social, promovendo a defesa de direitos e o desenvolvimento humano de jovens, adultos e famílias residentes nas comunidades empobrecidas do Município do Rio de Janeiro, com ações de acolhimento, capacitação para o trabalho, geração de renda e fortalecimento das lideranças locais. Integra o Plano Pastoral da Arquidiocese do Rio de Janeiro como entidade de serviço. Desenvolve programas de capacitação para a inclusão produtiva priorizando quatro áreas: protagonismo juvenil; capacitação para o trabalho; inserção no mercado de trabalho; aumento da renda familiar. Para cumprir essas diretrizes, a entidade mobiliza todos os esforços, os trabalhos, as aptidões, os meios materiais e os recursos técnicos, de qualquer tipo ou natureza, junto a todos que possam oferecê-los, principalmente através de convênios, financiadores de projetos e doações. As principais fontes de recursos para a manutenção dos projetos do Banco da Providência são empresas financiadoras de projetos, prestação de serviços de consultoria e eventos com finalidade de captação, e por exigência do estatuto os recursos obtidos deverão ser integralmente aplicados e consumidos na realização dos objetivos da entidade. Em 2022 foi realizado Planejamento Estratégico com apoio da Visagio, empresa especializada, no qual foi definido nova estrutura de governança, criando o Conselho Administrativo que terá função importante no modelo de captação de recursos. Em 2023 foi assinado contrato com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo de SP, determinante para gerar superávit no ano.

A Metodologia das 3 Fases, elaborada pelo Banco da Providência, tem por objetivo contribuir para a redução do número de pessoas que se encontram em situação de pobreza extrema. Trabalha com indicadores sociais e metas, que vem ao longo de quase 20 anos sendo atingidos. Oferece na Fase 1 um programa para desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Na Fase 2, o programa de capacitação para o trabalho. Na Fase 3, a formação para o empreendedorismo, com recursos emente e mentorias. Foi certificada com o título de Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil. Possui

Avaliação de Impacto, que demonstra melhora significativa na condição econômica e melhora socioemocionais significativas.

Na qualidade de instituição de assistência social, sem fins lucrativos, a entidade goza de imunidade tributária prevista na Constituição Federal de 1988 (artigo 150, inciso VI, alínea c) em relação aos impostos incidentes sobre o patrimônio, renda ou serviços relacionados à sua atividade fim.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Banco da Providência são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na lei nº 6.404/76, com as alterações das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria da entidade em 08 de fevereiro de 2022.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para processos trabalhistas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento

probabilístico inerente ao processo de estimativa. A entidade revisa anualmente suas estimativas e premissas.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado segundo o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa:

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber

Representadas basicamente por direitos a receber por Financiadores de Projetos, Campanhas Sociais, prestação de serviço de transferência de metodologia, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

d) Contas a receber – projetos em andamento e projetos em andamento no passivo

Correspondem a direitos a receber por locação de espaços no evento da Feira da Providência, organizado por empresa terceirizada, tendo como contrapartida as respectivas contas de Projetos em andamento, no passivo da entidade.

Os projetos em andamento, registrados no passivo, estão demonstrados aos valores dos recursos liberados, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos dos valores aplicados até a data do balanço.

Cabe ressaltar que a administração optou pelo encerramento do evento “Feira da Providência”, com aprovação do Conselho Curador em função da falta de patrocínios e encerrou suas atividades em 2021.

A administração avaliou que não há expectativas de perdas nas contas a receber com projetos em andamento, e com isso não foi registrado quaisquer provisões para perdas no exercício, conforme mencionado na nota 8.

e) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados aos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos correspondentes.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício social subsequente estão classificados como ativos e passivos circulantes.

f) Imobilizado

Exceto quanto aos terrenos, que estão demonstrados ao valor da reavaliação efetuada em outubro de 2002, o imobilizado está demonstrado ao custo, deduzido de depreciação acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, de acordo com os percentuais estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

As taxas de depreciação utilizadas são: 4% para edificações, 10% para móveis e utensílios; 10% para máquinas e equipamentos, 20% para equipamentos de informática e 10% para instalações

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor

recuperável, é constituída provisão para perdas, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2022, nossa revisão revelou que os principais ativos da entidade estão avaliados ao valor justo, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisão para deterioração.

h) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais que é a moeda funcional da entidade e também sua moeda de apresentação.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – RECURSOS PRÓPRIO

	2022	2021
Recursos próprios		
Caixa e bancos	9.204	10.164
Cotas de fundos de renda fixa	935.353	1.124.194
	<u>935.353</u>	<u>1.124.194</u>
	<u>944.557</u>	<u>1.134.358</u>

Os recursos próprios estão livremente disponíveis e não estão vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

As aplicações financeiras correspondem a cotas de fundos de investimento de renda fixa que podem ser liquidadas a qualquer momento sem perda da rentabilidade, e são classificadas na categoria de “livre negociação”.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – RECURSOS DE TERCEIROS

	2022	2021
Recursos de terceiros – projetos em andamento (nota 8)		
Caixa e bancos	1	1
Cotas de fundos de renda fixa	28.090	310.987
	<u>28.091</u>	<u>310.988</u>
Recursos de terceiros – Campanhas sociais		
Cotas de fundos de renda fixa	-	3.045
	<u>-</u>	<u>3.045</u>
	<u>28.090</u>	<u>314.033</u>

O saldo referente a recursos de terceiros está de acordo com o saldo dos projetos em andamento, registrados no passivo circulante, conforme descrito na nota 8.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER

	2022	2021
Transferência de metodologia	152.833	722.900
Campanhas sociais	130.767	-
Parcerias	47.090	100
Outras contas a receber	7.715	1.669
	<u>338.405</u>	<u>724.669</u>

No exercício de 2022, o saldo do contas a receber está representado, basicamente, por direitos a receber referente aos contratos de consultoria para transferência de metodologia, iniciada no exercício.

Com isso, foram efetuados contratos com governo do Estado do Rio de Janeiro e do Estado do São Paulo, para essas consultorias.

Ademais, a administração avaliou que não há expectativas de perdas nessas contas a receber, e com isso não foi registrada quaisquer provisões para perdas no exercício. Dia

de Doar é uma Campanha global de incentivo à cultura de doação que acontece uma vez por ano, em que o Banco da Providência faz uma grande mobilização para arrecadar recursos alcançando a mais de 4 anos resultados sugestivos.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

	2021	Adições	Baixas	2022
Custo				
Terrenos	775.000	-	-	775.000
Edificações	1.763.590	-	-	1.763.590
Móveis e utensílios	96.363	3.069	-	99.432
Equipamentos de informática	69.732	-	-	69.732
Benfeitorias em imóveis de terceiros	96.238	-	-	96.238
Máquinas e equipamentos	219.005	-	-	219.005
	<u>3.019.928</u>	<u>3.069</u>	<u>-</u>	<u>3.022.997</u>
Depreciação acumulada				
Edificações	(999.426)	(70.574)	-	(1.070.000)
Móveis e utensílios	(92.320)	(7.112)	-	(99.432)
Equipamentos de informática	(47.613)	(13.946)	-	(61.559)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(986)	(9.624)	-	(10.610)
Máquinas e equipamentos	(168.475)	(21.901)	-	(190.376)
	<u>(1.308.820)</u>	<u>(123.157)</u>	<u>-</u>	<u>(1.431.977)</u>
Valor residual				
Terrenos	775.000			775.000
Edificações	764.164			693.590
Móveis e utensílios	4.043			-
Equipamentos de informática	22.119			8.173
Benfeitorias em imóveis de terceiros	95.252			85.628
Máquinas e equipamentos	50.530			28.629
	<u>1.711.108</u>			<u>1.591.020</u>

	2020	Adições	Baixas	2021
Custo				
Terrenos	775.000	-	-	775.000
Edificações	1.763.590	-	-	1.763.590
Móveis e utensílios	83.587	12.776	-	96.363
Instalações	7.510	-	(7.510)	-
Equipamentos de informática	46.747	22.985	-	69.732
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	96.238	-	96.238
Máquinas e equipamentos	148.091	70.914	-	219.005
	<u>2.824.525</u>	<u>202.913</u>	<u>(7.510)</u>	<u>3.019.928</u>
Depreciação acumulada				
Edificações	(928.883)	(70.543)	-	(999.426)
Móveis e utensílios	(83.587)	(8.733)	-	(92.320)
Instalações	(7.510)	-	7.510	-
Equipamentos de informática	(36.730)	(10.883)	-	(47.613)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(986)	-	(986)
Máquinas e equipamentos	(147.529)	(20.946)	-	(168.475)
	<u>(1.204.239)</u>	<u>(112.091)</u>	<u>7.510</u>	<u>(1.308.820)</u>
Valor residual				
Terrenos	775.000			775.000
Edificações	834.707			764.164
Móveis e utensílios	-			4.043
Instalações	-			-
Equipamentos de informática	10.017			22.119
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-			95.252
Máquinas e equipamentos	562			50.530
	<u>1.620.286</u>			<u>1.711.108</u>

A conta “edificações” registra o custo das instalações da agência “Comunidade de Emaús”, que contou com recursos financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Em abril de 2019 essa agência foi desativada e o correspondente imóvel, situado à Avenida Trevo das Missões, nº 18, Cordovil, Rio de Janeiro (“Emaus”) foi cedido em comodato em setembro de 2021, gratuitamente, à Associação Maranatha do Rio de Janeiro, pelo prazo de 15 (quinze) anos. A comodatária utilizará o imóvel exclusivamente em prol de trabalho assistencial.

A opção pelo encerramento da comunidade Emaús foi uma decisão de administração, com aprovação do Conselho Curador, em função do custo elevado de manutenção do projeto de atendimento à população em situação de rua e vulnerabilidade, e com isso foi efetuada a opção da cessão para a Associação Maranatha do Rio de Janeiro para a continuidade de projetos sociais e manutenção do imóvel.

NOTA 8 - PROJETOS EM ANDAMENTO

	2022	2021
Feira da Providência – 60ª edição	28.091	586.873
Feira da Providência – 61ª edição		188.275
	<u>28.091</u>	<u>775.148</u>

Os saldos dos projetos em andamento podem ser demonstrados como segue:

Eventos em andamento	2022					
	Saldos de projetos			Ativos vinculados a projetos		
	Recursos	Aplicações	Total	Disponível	Total	
Feira da Providência – 60º	834.672	806.581)	28.091	28.091	28.091	
31 de dezembro de 2022	834.672	(806.581)	28.091	28.091	28.091	

Eventos em andamento	2021					
	Saldos de projetos			Ativos vinculados a projetos		
	Recursos	Aplicações	Total	Disponível	Contas a receber	Total
Feira da Providência – 60º	834.672	(247.799)	586.873	282.206	304.667	586.873
Feira da Providência – 61º	205.194	(16.919)	188.275	28.782	159.493	188.275
31 de dezembro de 2021	1.039.866	(264.718)	775.148	310.988	464.160	775.148

NOTA 9 - PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS

	2022	2021
Provisão de férias	182.179	163.450
Encargo sob provisão de férias - FGTS	28.288	34.376
	<u>210.467</u>	<u>197.826</u>

NOTA 10 - ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	33.753	28.216
Previdência social – INSS retido	12.298	12.206
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	11.547	9.792
Outros	3.664	5.526
	<u>61.262</u>	<u>55.740</u>

NOTA 11 - **PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS**

	2022	2021
Provisão para processos trabalhistas	130.500	245.000
	<u>130.500</u>	<u>245.000</u>

Com base na análise dos consultores jurídicos e da administração da entidade, segue a classificação de riscos das ações judiciais em curso:

	2022	2021
<u>Classificação de risco:</u>		
Processos trabalhistas		
Perda provável	130.500	130.000
Perda possível	16.000	16.000
	<u>146.500</u>	<u>146.000</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a entidade optou por manter o saldo da provisão de riscos com ações judiciais trabalhistas, no montante de R\$ 245.000.

No exercício de 2022, a entidade procedeu reversão da provisão, no montante de R\$ 114.500 para o resultado do exercício. O valor da provisão para processos trabalhistas, em 31 de dezembro de 2022 corresponde ao valor das causas classificadas como prováveis pela administração e seus consultores jurídicos.

Os bloqueios judiciais, no montante de R\$ 17.696 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão classificados no ativo não circulante.

NOTA 12 - **PATRIMONIO LÍQUIDO**

I. **Contribuições patrimoniais**

O montante de R\$ 1.725.693, refere-se as contribuições patrimoniais iniciais quando da constituição da entidade.

II. Reserva de reavaliação

O montante de R\$ 775.000 refere-se à mais valia referente à reavaliação dos terrenos, efetuada em outubro de 2002, registrado no ativo imobilizado.

III. Superavit (déficit) acumulado

O montante de R\$ 787.516 (devedor) refere-se aos resultados acumulados produzidos pela entidade no desempenho de suas funções.

NOTA 13 - GRATUIDADES

	2022	2021
<u>Atendimento nas agências de capacitação</u>		
Cursos de formação de usuários	351.194	833.075
Despesa com pessoal	440.092	530.175
Outras	60.666	84.556
	<u>851.952</u>	<u>1.447.806</u>
<u>Agência jovem</u>		
Cursos de formação de usuários	423.851	480.536
Despesa com pessoal	180.168	124.661
Despesa administrativa operacional	28.808	29.446
Outras	10.426	12.251
	<u>643.253</u>	<u>646.894</u>
<u>Atendimento nas agências de família</u>		
Despesa com pessoal	391.625	426.583
Despesa operacional	75.240	56.320
Curso formação de usuário	44.160	25.937
Ajuda direta ao usuário	4.345	17.784
Outras	24.396	50.134
	<u>539.766</u>	<u>576.758</u>

Agência de trabalho e renda

Cursos de formação de usuários

Despesa com pessoal 194.559 183.225

Ajuda direta ao usuário 179.670 122.149

Despesa administrativa operacional 28.985 25.484

Outras 29.740 17.676

432.954 348.534

Programa Inclusão Social Produtiva

Despesa com pessoal 271.220 247.000

Ajuda direta a usuário 9.954 10.918

Despesa administrativa operacional 7.294 12.853

Outras 8.143 6.336

296.611 277.107

Projeto reconquista

Despesa com pessoal 140.261 180.801

Despesa administrativa operacional 17.919 29.958

Outras 5.990 7.178

164.170 217.937

Prospera família

Curso de formação de usuários 101.280 58.200

Despesa com pessoal 114.531 52.977

Despesa administrativa operacional 14.633 16.408

Outras 4.237 2.884

234.681 130.469

3.163.387 3.645.505

Os gastos com gratuidade estão diretamente relacionados às atividades assistenciais do Banco e representam 86,97% no exercício de 2022 (72,24% em 2021) das receitas operacionais, sendo, portanto, atendido o disposto no artigo 18 da lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009. que informa que a certificação ou sua renovação será concedida à entidade de assistência social que presta serviços ou realiza ações assistenciais, de

forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação.

As gratuidades são custeadas pelos financiadores de projetos

NOTA 14 - RENÚNCIA FISCAL

a) Contribuição previdenciária ao INSS – quota patronal:

As contribuições previdenciárias, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, caso fossem devidas, seriam de R\$ 496.026 (R\$ 455.007 em 2021) e estão sendo divulgadas somente para fins de atendimento ao decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, uma vez que o Banco goza de isenção do seu recolhimento.

b) Imposto de renda e Contribuição social:

A entidade goza de isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da lei nº 9.532/97.

c) Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) e Imposto sobre serviços (ISSQN):

A entidade está isenta dos tributos acima referidos, pois conforme a legislação em vigor, a incidência deste tributo não se aplica às receitas oriundas das suas atividades estatutárias.

NOTA 15 - FINANCIADORES DE PROJETOS

	2022	2021
Parcerias pessoa jurídica	1.817.167	2.718.092
Transferência de metodologia	216.713	1.111.814
Parcerias pessoa física	364.219	330.000
Campanhas e prêmios	437.690	184.951
	<u>2.835.789</u>	<u>4.344.857</u>



15.1 – Parcerias pessoa jurídica

Refere-se a instituições que efetuam repasses para o Banco para financiamento de suas operações.

São elas: Instituto Cyrela, Instituto PHI, Instituto Creditsuisse, Stone Pagamentos, White Martins, Ceras Johnson, Merck e Instituto Ambikira.

15.2 – Transferência de metodologia

Refere-se contratos de consultoria para transferência de metodologia com governo do estado do Rio de Janeiro, governo do estado de São Paulo e Sebrae São Paulo.

O saldo a receber com esses contratos estão demonstrados na nota 6.

15.3 – Parceria pessoa física

Refere-se a pessoa física que efetuou transferência de recursos para financiar projetos do Banco.

NOTA 16 - MANTENEDORES

	2022	2021
Pessoas jurídicas	300.000	321.855
Pessoas físicas	-	99.305
	<u>300.000</u>	<u>421.161</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, foi efetuada campanha para arrecadação de recursos para o Banco.

Esses recursos estão sendo utilizados na manutenção das atividades operacionais

NOTA 17 - SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

	2022	2021
Receitas com serviços voluntários	20.500	20.500
Despesas com serviços voluntários	(20.500)	(20.500)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os serviços voluntários são reconhecidos pelo valor estimado pela participação nos conselhos da entidade, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme determina o ITG 2002 (R1) em cumprimento a Resolução específica para Entidades sem Fins Lucrativos.

NOTA 18 - CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Administração</u>		
Despesa com pessoal	864.785	554.925
Despesa administrativa operacional	35.012	36.159
Material de consumo	4.439	5.444
Outras	7.184	66.062
	<u>911.420</u>	<u>662.590</u>
<u>Comunicação institucional</u>		
Despesa com pessoal	138.587	106.714
Despesa administrativa operacional	19.996	24.506
Outras	6.501	9.843
	<u>165.084</u>	<u>141.063</u>
<u>Programa de formação</u>		
Despesa com pessoal	134.615	66.884
Despesa administrativa operacional	22.770	5.472
Outras	6.214	2.194
	<u>163.599</u>	<u>74.550</u>
	<u>1.240.103</u>	<u>878.203</u>

NOTA 19 - SEGUROS

Exceto quanto a veículos de terceiros utilizados na modalidade de comodato, o Banco da Providência não mantém contratos de seguros para os bens do ativo imobilizado e, conseqüentemente, assume o risco em relação a eventuais sinistros que possam vir a ocorrer sobre tais ativos.

◁

NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2022 até a data de emissão deste relatório, não ocorreram quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

